

O escrito, o dito e o vivido na comunidade rural dos Negros do Riacho em Currais Novos (RN)

Joelma Tito da Silva¹, Joel Carlos de Souza Andrade²

¹Bolsista PROPESQ/UFRN, ²Professor Orientador, Departamento de História e Geografia do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este artigo é fruto de uma experiência de pesquisa realizada junto à comunidade dos “Negros do Riacho”, município de Currais Novos, Rio Grande do Norte, vinculada ao projeto “Os Negros do Riacho: estudos histórico-culturais sobre uma comunidade negra no Seridó potiguar” que visou problematizar os discursos historiográficos e etnográficos, confrontando-os com práticas cotidianas vivenciada por aquele grupo. Neste sentido, desloca-se de uma leitura fechada sobre a experiência negra no Rio Grande do Norte para uma abordagem que dessacraliza imagens e estereótipos como “passivos”, “preguiçosos”, “desordeiros” etc. Para além destas categorias deterministas, buscamos perceber as astúcias e táticas que burlam as lógicas impostas, ou negadas, e projetam caminhos da arte da sobrevivência.

Palavras-chave: Negros do Riacho, Historiografia, Rio Grande do Norte

Abstract

This article is the result of a experiment reasearch, done with the “Negros do Riacho” (Black People from the Stream) community, located in the Currais Novos district, Rio Grande do Norte, linked to the “Black People from the Stream: historic-cultural studies about a Seridó potiguar black community” project that was aimed to raise issues of historiographcs and ethnographics speeches facing them to the daily practices experimented by that group. In this sense, the article displace itself from a narrow view about the black experience in Rio Grande do Norte to an wide approach wich desacred images and stereotype as “unresistings”, “lazies”, “rioters”, and so on. Beyond these determing categories, we’ve search to to have knowledge of the astutenesses and tactics that fool the imposed statements and open ways to the surviving art.

Keywords: Negros do Riacho, Historiograph, Rio Grande do Norte

Negros do Riacho entre versões

Os “Negros do Riacho” compõem uma comunidade rural formada por descendentes diretos do escravo ou ex-escravo Trajano Lopes da Silva. De origem pernambucana e denominado pelos demais membros da comunidade de “Trajano Passarinho”, ter-se-ia se apossado das terras do Riacho dos Angicos no século XIX com a esposa Marcimina e seus quatro filhos. Os parentes de “Trajano Passarinho” estabeleceram laços familiares com negros oriundos de outras localidades, formando pequenos núcleos familiares, cujos componentes continuaram habitando a comunidade como posseiros. (ASSUNÇÃO, 1994, p.17).

A configuração das relações matrimoniais no “Riacho” não foi homogênea, sofrendo alterações quando o neto de Trajano Passarinho, Antônio Lopes, e Joana Caboclo, mulher de origem indígena que morava em uma localidade próxima, contraíram núpcias e seus descendentes passaram a ser conhecidos no interior da comunidade como raça dos “caboclos”, visto que guardavam um “sangue misturado”. Para Assunção (1994) e Queiroz (2002), esse fato teria segmentado a comunidade em dois parentescos, fragmentando-a simbolicamente entre “negros” e “caboclos”.

Conforme sugere Assunção (1994), tal diferenciação não apagou o sentimento de pertença pela terra, porém teria reforçado disputas internas, nas quais o elemento “caboclo” seria alvo de preconceitos, sempre adjetivados de “vagabundos”, “feiticeiros” e “desordeiros”. Apesar dessa segmentação, o sentimento de identidade coletiva enquanto “negros do Riacho” foi mantido frente ao olhar externo, reafirmado pela relação de parentesco que os une a partir de um patriarca em comum.

Essa divisão no plano interno, mantida visivelmente até a década de 1980, legitimou a disputa pela terra, a partir da delimitação e construção de elementos de diferenciação e, concomitantemente, da articulação de uma identidade comum quando as questões territoriais apareciam prementes para a posse da terra. Essas configurações formatavam a organização política do lugar, as atividades produtivas e a organização social-familiar. Assim, para Assunção (1994), o contexto histórico-estrutural que institui tensões no interior do grupo é redimensionado nas relações exteriores, pois os membros da comunidade objetivam mostrar-se enquanto unidade homogênea e forte para enfrentar os embates nas definições de terras com proprietários vizinhos, nesse momento aparecem com uma identidade coletiva, o “nós”, “negros do Riacho”, autorizando, assim, noção de pertença ao grupo.

Contudo, Assunção (1994) infere que as características responsáveis pela manutenção de elementos identitários comuns estão condenados ao fim gradual, causando paulatina desagregação da unidade grupal, como diagnostica o autor:

todavia, vimos que essa comunidade (negros do Riacho) está vivendo um momento dramático de sua vida, tornando difícil sua reprodução social. A dificuldade de acesso às condições básicas para trabalhar a terra (como instrumento, sementes etc.), o saturamento do mercado de “louça”, basicamente, os levam a praticar outras estratégias visando a subsistência, como a mendicância. Ao lado desse quadro coloca-se a “chefia” desse grupo, que vem perdendo seu papel tradicional. Nessa luta pela vida, pela sobrevivência, aos poucos a tendência é que se torne impossível a reprodução do grupo enquanto unidade, de que a identidade se deteriore, o que levaria, conseqüentemente, o grupo a se fragmentar. (ASSUNÇÃO, 1994, p. 82).

Quase duas décadas depois de finalizado o trabalho de Assunção (1994), defendido como dissertação em 1988, os “negros do Riacho” ainda existem enquanto unidade nem sempre coesa, mas definida externamente a partir de uma identidade comum e internamente vinculada a laços de solidariedades. De fato, os “Negros do Riacho” não constituem uma comunidade de trajetória histórica homogênea e de sujeitos cujos projetos de vida se encontram invariavelmente, no interior das práticas cotidianas, os sujeitos (re)significam experiências, símbolos, fazeres e (re)atualizam tradições e comportamentos ou recusam hábitos, posições em favor de interesses diversos daqueles aceitos pelo núcleo familiar. Propor uma unidade rígida, produtora do grupo enquanto corpo coerente torna-se problemático. Contudo, há elementos que unem projetos de vida, visões de mundo, necessidades históricas e materiais experimentadas no interior das práticas diárias que consubstanciam a manutenção, sempre dinâmica do grupo.

Assim, a desagregação material ocasionada pela saturação do mercado da “loiça” e do “caivão”, diferente do que Assunção afirmava em 1980, não corrobora para o dismantelamento total das redes de pertencimento em torno do grupo, fragmentando-o por completo. A prática pedinte, conforme sugere o autor, constitui uma estratégia de sobrevivência, entretanto, a mendicância não figura como um prelúdio desagregador entre os “Negros do Riacho”, o ato de pedir expressa a possibilidade de (re)atualização de práticas, a partir de novas conjunturas.

Portanto, o fato de o mercado da cerâmica e do carvão ter arrefecido com os anos, desautoriza a prática extensiva dessas atividades como principal meio de subsistência. Nesse contexto, o ato de mendigar, de “bataiá” e sobreviver a partir de esmolas aparecem como alternativa e, antes de expressar a passividade dos sujeitos que a articulam, evidencia as lógicas particulares que estabelece. Talvez o fabrico da “loiça”, mais que a do “caivão”, possua um

apelo romântico mais agudo e temporalmente mais enobecedor e folclórico, ao passo que a mendicância exponha o caráter do indesejado, quando, no cotidiano, os estudiosos se deparam com formas e táticas singulares de sobrevivência. Tal desconforto explicaria o vínculo que Assunção (1994) estabelece entre a mendicância e o esfacelamento da comunidade.

Externamente, os “Negros do Riacho” ainda são percebidos como um grupo diferenciado e exótico, mesmo que a noção de grupo, nas falas dos moradores da cidade de Currais Novos, não pressuponha a organização interna, mas a desordem, a atos inadequados à prática urbana, como o incesto, a falta de higiene e o alcoolismo. Essas imagens, externamente, formuladas, são nomeações e adjetivações que constroem redomas e classificam este ou aquele enquanto negro do Riacho, a partir de elementos percebidos como constituintes da diferença. Articula-se, assim, um sentimento de alteridade tecido na relação social entre os membros da comunidade e os habitantes da cidade de Currais Novos, no Seridó Potiguar. O preconceito estaria presente nesse encontro de valores difusos e de estranhamentos (QUEIROZ, 2002).

Segundo Queiroz (2002), a origem do preconceito racial entre os currais-novenses remonta o povoamento desse espaço, a partir da penetração de famílias brancas no interior pecuarista, desde o período colonial. Para esse autor, a busca pela manutenção do status familiar, atravessando séculos de história, tornaria “socialmente inferiores” as famílias de origem escrava, ao passo que os núcleos genealógicos de grandes senhores de terra, como os Galvão, Bezerra e Salustino, demarcariam lugares de aproximação com a noção de nobreza que os diferenciam dos negros “inferiores” que habitam o Riacho, descendentes da senzala. Assim, a marca apresentada na cor da pele, nos gestos e no modo de vida constitui caracteres delimitadores do “outro” inferior e do “eu” branco superior, suspensos em uma relação de alteridade que concorre para a manutenção do preconceito historicamente no município.

Se por um lado, o preconceito fora forjado e historicamente autorizado, por outro, a história os redime, visto que para além dos estereótipos pejorativos que atravessam e dilaceram em identificações polimorfos os membros da comunidade dos “Negros do Riacho”, há elementos que, fundamentados na trajetória histórica, imprimem a marca da descendência com a experiência escrava para transformar o “Riacho” em um reduto de “memória ideal”, ou um “lugar de memória sobre a precária escravidão no interior potiguar” (NORA, 1993).

Esta idéia baseada na noção de pureza cultural transformaria a comunidade em evidencia histórica de um passado cristalizado na memória e nas práticas cotidianas dos sujeitos. Por um lado, são caminhantes inumeráveis, são todo mundo e ao mesmo tempo ninguém (CERTEAU, 2003), são homens e mulheres à mercê da ordem, fugindo dela, jogando com ela, produzindo experiências a partir de “não-lugares”.

Essas lógicas singulares dialogam com os enunciados citadinos para construir significados que delimitam o grupo a partir da idéia de desordem, vício, miséria, prazeres e “ócio”. As identidades que os compõem são variadas, assim como os discursos que os atravessam e os transformam em muitas versões sobre um mesmo elemento, em diversos corpos construídos pela fala e pela escrita.

O Negro e a historiografia potiguar: uma questão problemática

Pensar a comunidade dos “negros do Riacho” enquanto “corpos escritos”, objeto da atenção de várias escritas e análises, exige uma avaliação das obras produzidas para contar a história do Rio Grande do Norte e de Currais Novos. As visões acerca do negro apresentadas na historiografia potiguar podem ser problematizadas e analisadas, através dos percursos trilhados, textualmente, por essas produções para legitimar verdades sobre a temática do negro deslocado da construção de uma identidade potiguar.

Esta historiografia, em sua maioria, aponta para a reduzida importância histórica adquirida pelo afro-descendente no Rio Grande do Norte cujos discursos são legitimados pela pouca utilização do escravo negro na produção açucareira se comparada aos vizinhos Pernambuco e Paraíba. Neste sentido, os autores realçam como atividade econômica principal a pecuária cujos impulsos foram dados no interior, um espaço marcado por poucos recursos e pouca mão de obra, sendo que os escravos que ali habitavam teriam vivido em regime de “democracia racial”.

O historiador Cascudo (1984) na sua narrativa/síntese acerca da *História do Rio Grande do Norte* define o negro como cantador, escasso no sertão pecuarista e sofrido no litoral açucareiro. Para ele, a “civilização do couro”, era um lugar onde a presença negra teria rareado e cuja característica fundamental fora o companheirismo fraternal entre senhor e seus poucos escravos de descendência africana. Mesmo no litoral, a presença negra não teria sido tão maciça como em outras Províncias, a exemplo da Pernambuco, de onde vinha grande parte dos escravos para terras potiguares.

O ambiente sertanejo, dominado pela atividade pecuarista, teria impossibilitado a incorporação de grande número de trabalhadores. Portanto, as características específicas da economia pastoril aparecem enquanto uma determinante, pois não requerem excessiva mão-de-obra, tornando-se desnecessária a compra de trabalhadores escravos. Assim, a pequena participação de negros, nas atividades da pecuária, devia-se a características impostas pela

singularidade do tipo produtivo, como também pelo alto preço da “peça” (MACÊDO, 2005). Segundo Quintino Filho (1987), um escravo de D. Adriana, proprietária de terras na Serra de Santana e no Totoró, equivalia a seis cabeças de bois.

Com o argumento de que o sertão pecuarista fora histórica, econômica e socialmente incompatível com o cativo, o historiador Cascudo (1984) (re)atualiza a proposta de Freyre, formulada em 1933, sobre a “democracia racial” experimentada na relação escravo/senhora, nas zonas interioranas. Nesse sentido, Cascudo (1984) afirma que, diferentemente do eito canavieiro, o pasto favorecia a passividade entre os donos da terra e os cativos, porque estes eram companheiros, vaqueiros, saíam juntos para a lida, dividiam um mesmo espaço.

Quintino Filho (1987), autor de *A história do Município de Currais Novos*, reafirma as assertivas de Cascudo, propondo que a relação escravo/senhora foi pacífica, pois o Rio Grande do Norte, e mais especificamente Currais Novos, seriam espaços propensos à liberdade, tendo a maioria de seus escravos alforriados antes de 1888. No processo emancipatório, Quintino Filho (1987) sugere que muitos forros preferiam voltar a morar e a servir seus antigos senhores “cristãos”, que em testamento libertaram-nos antes da Lei Áurea. O caráter religioso dos senhores e dos escravos teria favorecido a articulação desse ambiente ameno. Para o autor, os casos de violência foram escassos, pois:

a escravidão ocorreu em Currais Novos, como de modo geral nestes sertões, em um clima de paz e de relativa compreensão humana, o que em grande parte se deve ao espírito de religiosidade de senhores e de escravos. Os casos de crueldade foram relativamente poucos. (QUINTINO FILHO, 1987, p. 49).

Em contrapartida, Othon Filho (1970), na narrativa nostálgica que faz sobre Currais Novos, apresenta outras imagens acerca da situação do negro antes e depois de liberto no município. Nos seus relatos acerca de personagens inusitadas e típicas, durante o início do século XX, figura a história da negra Maria Mouca que habitava pequenos quartos em becos ou no fundo das casas e teria matado seus filhos para não se tornarem escravos. A imagem dessa personagem desmonta a coerência da “democracia racial” imputada como verdade inquestionável nos anais da historiografia norte-rio-grandense.

Assim, entre sentidos e dissensos, essa reflexão historiográfica possibilita problematizarmos os silêncios e as versões construtoras de imagens acerca do negro no Rio Grande do Norte, para pensarmos os enunciados que tramam discursivamente a presença negra em Currais Novos e confere significados aos costumes cotidianos dos moradores do “Riacho”.

A comunidade não figura enquanto personagem de tais escritas sobre a história do município, estando à margem da produção historiográfica e aparecendo nos trabalhos oriundos das ciências sociais, como a pesquisa etnográfica de Assunção (1994) e na análise sociológica de Queiroz (2002).

Negros do Riacho: escravos, ociosos, desordeiros e miseráveis

Nos discursos ecoados em vozes de moradores da cidade de Currais Novos, da Igreja, do poder público municipal e dos membros da comunidade, os negros do Riacho são marcados por enunciados que, ora os definem enquanto preguiçosos, vagabundos, “cachaceiros”, desorganizados, ora como miseráveis/humildes ou resíduos de história sagrada. Na imagem romântico-cristã, os Negros do Riacho, identificados com a pobreza, são percebidos como sujeitos aos quais se faz necessário ajudar materialmente e aproximá-los dos padrões de higiene e “civilização” que povoam a prática cidadina, na perspectiva romântico-histórico, os “Negros do Riacho” são expressos como um museu fixo e estável de tradição estática, no qual a história escrava se mostra no exotismo, na cor, nos fazeres e no comportamento cotidianos.

A construção dos “Negros do Riacho”, a partir de variadas adjetivações se faz no contato eminentemente cultural e na relação histórica. Os discursos externos sobre o ócio dos membros da comunidade, seu excessivo apreço pela embriaguez advinda do álcool, a esperteza peculiar daqueles que preferem pedir esmolas e não trabalhar. A desorganização e a fome desses indivíduos tornados exóticos são fatores que aparecem com frequência nos “ditos” de habitantes do perímetro urbano e da zona rural de Currais Novos, além de serem visíveis nos municípios da Serra de Santana.¹

Os enunciados acerca da pobreza apresentam uma polissemia que entra nas outras denominações referentes ao grupo. O “ser” pobre e humilde legitima a ação externa de ajuda humanitária. O discurso acerca da carência material foi utilizado durante a década de 1980 pela igreja para autorizá-la a entrar no “Riacho” e implantar um plano de ação espiritual, moral e social. Para os franciscanos os negros eram socialmente excluídos, não possuíam condições de sobrevivência digna financeira, social e moralmente. Diante de tais fragilidades, a igreja percebera a necessidade de suprir as carências materiais daqueles corpos esqueléticos, como

¹ A micro-região da Serra de Santana, cujo ponto culminante alcança 700m de altura, localiza-se próximo ao município de Currais Novos.

também orientá-los para seguirem os caminhos da cristandade. O discurso religioso de pobreza legitima a sua ação na identificação das carências do corpo e da alma.

Nas vozes polissêmicas da cidade e a idéia de miséria e mendicância aparecem enquanto elementos generalizantes, definindo os membros do grupo como massa uniforme, esquelética e ociosa que prefere mendigar a trabalhar. Assim, o enunciado de miséria autoriza a padronização desses sujeitos. Contudo, os indivíduos nos quais se inscrevem tais adjetivações não as recebem com passividade, burlando-as e (re)significando-as no cotidiano. Os “negros do Riacho” (re)apropriações dos discurso disseminados acerca da pobreza, estabelecendo jogos astuciosos a partir das nomeações pejorativas para convencer o outro a doar-lhe o que anseia.

Os membros da comunidade elaboram formas performáticas de convencimento, objetivando sensibilizar os transeuntes das ruas em Currais Novos e na Serra de Sant’Ana, ou aqueles que visitam o “Riacho”. A fome, o número de filhos e a doença constituem enunciados presentes na arte do pedir. Nesse instante performático articulam-se interesses e negociações, na medida em que o ajudado recebe a barganha material, e o doador legitima a condição de “superioridade” em face do “outro” infeliz e miserável, ou autoriza o próprio discurso sobre sua humildade (re)atualizando a tradição medieval que transformara o mendigo em figura enviada por “Deus” para remir os pecadores e aproximá-los dos céus pela doação.

Pedir para “completar a farinha no feijão”, ajudar o velho doente ou a criança faminta, mendigar para tomar café depois de uma longa caminhada efetuada da comunidade até a cidade sem nenhuma alimentação. Esses ditos, presentes no falar de personagens como dona Ana Maria Lopes da Silva, 43 anos, e de outros membros do grupo, são enunciados criados a partir das experiências diárias dos “negros do Riacho” e direcionadas para o estranho com a finalidade de alcançar o que se pede.

Institui-se uma relação de troca, na qual os valores negociados dependem do diálogo entre as intenções do “forte” e a necessidades do “fraco”. Nessa perspectiva, os Negros do Riacho são homens comuns à mercê da ordem e das estratégias elaboradas pelos *produtores de cultura* para padronizá-los e inseri-los nas vias da normalidade do discurso dominante.

Igualmente à prática da mendicância, outras experiências cotidianas exemplificam as formas criadas pelos negros do Riacho para utilizar os momentos e as situações que lhes são oferecidas, construindo singularidades e criando elementos de identificações enquanto grupo: o morar, o lazer, o crer, o contar e o lembrar. A partir destas práticas, os componentes do grupo burlam *taticamente* padrões instituídos, elaborando, no seu fazer cotidiano, formas de *fugas* frente a tal lógica ordenadora que pretende massificar suas experiências. (CERTEAU, 2003). O espaço, aparentemente homogêneo, torna-se poetizado na *operação dos usuários* e delineado

diariamente na reatualização de tradições, na forma de sobrevivência, nas artes de fazer, de crer, de narrar, de festejar...

Assim, seguem os negros do Riacho, destituídos de destaque na escritura da história potiguar, sujeitos comuns à revelia dos heróis genealógicos e dos anti-heróis, personagens do cotidiano “bataiando” a favor dos instantes que o tempo oferece, aproveitando ocasiões para dar seus golpes de astúcias em troca da sobrevivência. Tais jogadas são perceptíveis no ato de pedir esmolas nas ruas de Currais Novos, no comércio ou a algum indivíduo conhecido ou estranho, que mantenha relações ou não com a comunidade, são envolvidos por formas, artes, traquejos com a fala, maneiras de convencer...

Considerações (in)conclusivas

A realização de uma *descrição densa* acerca dos “negros do Riacho”, a partir da observação, anotação e interpretação de experiências vividas, códigos sociais e culturais inseridos no cotidiano, possibilita a percepção de enunciados sentidos e contextos que inventam textualmente a comunidade. (GEERTZ, 1978). Os discursos acerca dos “negros do Riacho” constroem signos e imagens polissêmicas poetizadas no cotidiano de sujeitos comuns que elaboram *taticamente*, nas práticas cotidianas, procedimentos de fuga frente aos discursos de padronização que visam “humanizá-los”, civilizá-los, higienizá-los e controlá-los.

Referências

ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Os negros do Riacho**: estratégias de sobrevivência e identidade social. Natal: UFRN/CCHLA, 1994.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I** – artes de fazer. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 20. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó** – uma história do regionalismo seridoense. Natal (RN): Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 09-28, 1993.

OTHON FILHO, Antônio. **Meio século da roça à cidade** (cinquentenário de Currais Novos). Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 1970.

QUEIROZ, Pedro Fernandes. **O sertão: negros e brancos** – uma amostra do preconceito racial no município de Currais Novos. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

QUINTINO FILHO, Antônio. **História do município de Currais Novos**. Fundação José Augusto: Natal, 1987. (v.1).

Joelma Tito da Silva

Endereço Postal: joelmatito@yahoo.com.br

Base de Pesquisa: Semi-árido: natureza, história e sociedade

Endereço Postal: Departamento de História e Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte